



LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Ainda não

O tão esperado projeto de lei para a Reforma Administrativa do Executivo de Jundiá não chegou na Câmara Municipal, ontem, antes da sessão ordinária, como era esperado e anunciado. Segundo fontes consultadas pela reportagem do Jornal de Jundiá, alguns pontos tiveram de ser modificados. Em nota oficial da prefeitura, hoje o projeto será apresentado à Casa. A votação deve acontecer após, no mínimo, uma semana de tramitação no Legislativo. Ou seja, somente a partir da primeira quinzena de março.

Apoio

O vereador Romildo Antonio da Silva (PR) tentou amenizar o clima tenso gerado no Plenarinho da Câmara de Jundiá, na noite de ontem, durante encontro de grupo de ambulantes. "Nós não somos contrários a vocês. Mas a legislação precisa partir do Executivo. Não é tudo que os vereadores podem resolver". Apesar da boa intenção, os ambulantes ficaram ainda mais irritados alegando que tinham sido orientados para procurar os próprios parlamentares.

Banca

O presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB), questionou a presença de integrantes do PSOL na manifestação dos camelôs, perguntando se o partido também tinha "uma barracinha no terminal". Com a resposta negativa e alvoroçada, Martinelli afirmou que a Casa era suprapartidária e, portanto, todos seriam atendidos.

Interrupção

A sessão da Câmara de Jundiá de ontem registrou recorde de interrupções. Foram quatro. Também houve atraso de 20 minutos para iniciar os trabalhos. A última interrupção foi para que os vereadores se reunissem para discutir sobre a data para a sessão da Câmara na semana do Carnaval. Legislativo definiu que será na Quarta-Feira de Cinzas.

Sinais

Ontem, o deputado jundiense Miguel Haddad (PSDB) visitou o Palácio do Planalto, em Brasília, num encontro com o novo ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy. Na pauta, a aprovação das reformas na Câmara Federal. "Com as medidas que já foram tomadas, a economia brasileira começa a dar sinais positivos. Esse é o caminho para a volta do emprego e do desenvolvimento", comenta em sua página do Facebook.

Sessão

Dos oito itens da pauta da sessão da Câmara de Jundiá, ontem à noite, somente um foi rejeitado pelos vereadores, que tratava de um veto do Executivo a um projeto de lei do ex-vereador Paulo Malerba (PT), sobre a red denominação de trecho apartado da avenida Prefeito Luiz Latorre, localizado no Parque Antonieta Cintra Chaves Gordinho ('Fazenda Grande'), na fase 'Residencial dos Cravos'. Os demais vetos foram mantidos. Os projetos de lei, de autoria dos vereadores estreantes Faouaz Taha (PSDB), Romildo Antonio (PR) e Antonio Carlos Albino (PSB), foram aprovados.

NA CÂMARA DE JUNDIÁ

Sessão foi interrompida por mais de 30 minutos para que vereadores atendessem grupos que atuam sem autorização

Apesar de pressão, ambulantes não podem atuar em terminais

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

A terceira sessão da Câmara de Jundiá, realizada na noite de ontem, teve clima tenso com a participação de grupo de ambulantes reivindicando regulamentação para poder atuar dentro dos terminais do Sistema Integrado de Transporte Urbano (Situ) do município. No entanto, a prefeitura afirma que não existem licenças para vender produtos nestes locais. Após duas semanas de orientação, fiscais estão indo aos terminais e recolhem produtos comercializados sem autorização.

O assunto foi levantado na Câmara, durante abertura da tribuna livre, com a declaração do município Marcelo Ítalo dos Santos. "Sou usuário de transporte público e acompanhei o drama vivido por esses ambulantes. Com a crise econômica e os milhares de desempregados que estão em Jundiá, não se pode conter as pessoas que querem trabalhar e ganhar o sustento de sua família vendendo nos terminais", declarou. Ainda durante os cinco minutos disponíveis, Santos cedeu espaço para a plateia, formada também por ambulantes que contavam os problemas registrados.

A sessão foi interrompida e os vereadores se reuniram com o grupo no plenarinho. Ariane Machado é ambulante no Terminal Central e encontrou neste comércio irregular a forma de conseguir manter o sustento da filha, que sofre de problema congênito e depende de amparo especializado 24 horas por dia, além de medicamentos de alto custo, não disponíveis pelo Sistema Único de



CLIMA QUENTE Ambulantes foram pressionar a Câmara para atuar em terminais: prefeitura confirma que comércio é ilegal

Saúde (SUS). "Faço bolos, pães e cafezinho. Vendo no Terminal Central por meio período. Só assim consigo o dinheiro para comprar a comida para minha filha, que depende de um leite que custa R\$ 100 a lata", reclama. Segundo ela, a fiscalização realizada na semana passada confiscou, além dos produtos, até os equipamentos que usava.

Charlene Santos Roveri também diz que perdeu tudo que usava para comercializar seus produtos. "O que queremos é a regularização. Não queremos nada de graça. Nos disponibilizamos a pagar alguma taxa. Fazemos um trabalho que não é oferecido dentro dos terminais. Atendemos pessoas que estão em trânsito, vão ao médico, para a faculdade, para a escola e não têm onde comprar uma água para beber. Não vejo qual o problema em regularizar o nosso comércio", contou. Ela também co-

mentou que no ano passado houve uma movimentação para que um projeto fosse feito pelo Executivo para regularizar os 'camelôs'.

Farpas

Após ouvir o relato do grupo de ambulantes, o presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), tentou explicar que a legislação para a regularização do serviço deve partir do Executivo e que o assessor de Assuntos Parlamentares, José Galvão de Braga Campos, o ex-vereador Tico, presente na reunião, agendaria uma conversa no Paço. Contudo, os ânimos exaltaram e houve bate-boca entre integrantes do grupo, que incluía o ex-candidato a prefeito pelo PSOL, Paulo Taffarello. "A Câmara não pode ser omissa nesta situação. Não se pode desqualificar um movimento de trabalhadores apontando partidatismo", recla-

mou o candidato derrotado.

Martinelli e o também vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) rebateram a afirmação, alegando a abertura da conversa com o grupo como forma de atendimento.

Prefeitura

O secretário municipal de Finanças, José Antonio Parimoschi, futuro gestor de Governo e Finanças com a reforma administrativa, afirma que, durante duas semanas, a Divisão de Fiscalização e Comércio realizou trabalho de orientação junto aos ambulantes informando que a presença deles não é permitida por lei. Parimoschi vai atender grupo nesta sexta-feira.

"A partir da terceira semana, os fiscais começaram a autuar e apreender produtos comercializados sem autorização. Se houver a nota

TERMINAL CENTRAL

Venda de drogas é flagrada

No Terminal Central de Jundiá, a Guarda Municipal (GM) já flagrou venda de entorpecentes. Dessa forma, corporação vem intensificando ações para coibir esta prática ilícita.

Segundo o secretário de Finanças, José Antonio Parimoschi, a Guarda Municipal fará operações com as demais polícias para unir forças e prender os responsáveis pela venda de drogas.

de algum item, a fiscalização poderá devolvê-lo." Já produtos perecíveis, como alimentos, são descartados pela rápida deterioração - muitos são encontrados em condições inadequadas de armazenamento e conservação. E mídias piratas, como CDs e DVDs, são encaminhadas ao Centro de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Geresol) para serem destruídas.

Os próprios comerciantes regulamentados, que inclusive têm funcionários registrados, estão pressionando a prefeitura para coibir a concorrência desleal prejudicando ainda mais as vendas de quem atua dentro da legalidade e enfrenta os desafios da crise econômica.

BUSCA E APREENSÃO

MP e PF deflagram Operação Santinho em Cajamar

O Ministério Público e a Polícia Federal realizaram na manhã desta terça-feira a Operação Santinho, dando cumprimento a mandados de busca e apreensão em Cajamar.

A operação, acompanhada pela promotora de Justiça Eleitoral Tatiana Magosso E.

Franco da Silva, é resultado de inquérito policial eleitoral instaurado em razão de requisição do MPSP para investigação suposta prática de crimes eleitorais. Entre os investigados, há um vereador e um suplente.

O inquérito visa a identi-

ficar organização criminosa que teria atuado nas eleições municipais em Cajamar com possível compra de votos e corrupção eleitoral, além da prática de outros crimes relacionados a serem apurados.

Durante aproximadamente três horas, dois promotores,

dois delegados e 32 policiais federais cumpriram sete mandados de busca e apreensão, recolhendo inúmeros documentos, diversos computadores, aparelhos celulares e várias mídias. Com o vereador, foi apreendida uma arma de fogo sem registro, o que ensejou

sua prisão em flagrante.

Todo material apreendido será analisado pela Polícia Federal.

A reportagem entrou em contato com os envolvidos na operação em Cajamar, mas nenhum deles foi localizado até o fechamento desta edição.

Juiz Moro é proibido de analisar citações

Os ministros da Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiram que o juiz Sérgio Moro, da Justiça Federal no Paraná, não pode usar depoimentos do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado referentes ao ex-presidente José Sarney. A decisão foi tomada nesta terça (21) pela maioria dos ministros que compõem a Segunda Turma. Foram quatro votos nesse sentido: Celso de Mello, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski. Os ministros aceitaram recurso da defesa de Sarney e entenderam que as citações a ele feitas por Machado estão diretamente relacionadas a menções a outros políticos com prerrogativa de foro no STF - portanto, qualquer investigação relacionada ao ex-presidente deveria permanecer no Supremo.

O antigo relator da Lava Jato no STF, ministro Teori Zavascki, determinou em setembro de 2016 que as citações sobre Sarney fossem enviadas ao Paraná.

A posição dos ministros foi contrária à do relator da Operação Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin. Fachin defendeu que as informações sobre Sarney poderiam ser compartilhadas com a primeira instância do Judiciário. Esta foi a primeira derrota de Fachin como relator da Lava Jato. Sarney é investigado junto aos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romero Jucá (PMDB-RR) em inquérito que corre no STF para apurar se eles tentaram obstruir as investigações da Lava Jato. O ex-presidente não tem foro privilegiado no Supremo. (Folhapress)

Indicação de Alexandre Moraes ao STF passa pela CCJ do Senado

Após uma sabatina de mais de 11 horas de duração nesta terça-feira (21), a indicação de Alexandre de Moraes para o STF (Supremo Tribunal Federal) foi aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado por 19 votos a 7. A votação no Plenário do nome de Moraes para a vaga de Teori Zavascki na corte foi remarcada para esta quarta-feira (22), às 11h. Inicialmente, a intenção do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), era realizar a votação ainda nesta terça-feira (21), logo após a CCJ. Acontece que a sabatina foi longa, com mais de 11 horas de duração e perguntas de 32 senadores. A votação foi secreta. O presidente Michel Temer também queria que a votação fosse mais

rápida - já nesta terça - para poder definir o sucessor de Moraes no Ministério da Justiça. Após a negativa do ex-ministro do STF Carlos Mário Velloso para a vaga, na semana passada, Temer adotou cautela e disse que só iria se decidir sobre a nova indicação para a Justiça após a aprovação de Moraes ao STF na sabatina. SABATINA Durante a sabatina, o advogado revelou mais de seu lado político que de seu conhecimento jurídico. Diante da maioria governista que compõe a CCJ do Senado, Moraes ficou à vontade para evitar temas polêmicos e abordagens mais técnicas e disse que agiria com "absoluta imparcialidade" em relação às investigações da Lava Jato no STF.

"Eu me julgo absolutamente capaz de atuar com absoluta imparcialidade e neutralidade dentro do que determina a Constituição", disse. Caso seja aprovado pelo Senado, o indicado pelo presidente Michel Temer ao Supremo será revisor dos processos relacionados à operação no plenário da corte. A oposição acusa Temer de ter indicado Moraes ao STF justamente para blindar o governo diante da investigação. Ainda sobre a Lava Jato, tema recorrente na sabatina, Moraes negou que haja um "desmonte" da operação, que tem como alvo 9 dos 51 senadores que integram a CCJ, e disse que os delegados que deveriam a força-tarefa da operação o fizeram por vontade própria. (Folhapress)